

Demandas Populares e Educação - aspectos sócio-culturais da cidade de Campinas na Primeira República*

Rosa Fátima de Souza

Mestre em Educação pela Unicamp. Professora do Departamento de Ciências da Educação da Faculdade de Ciências e Letras-Unesp/Campus de Araraquara

A articulação destes dois temas - classes populares e educação popular - questões pouco exploradas na historiografia local, possibilita um outro olhar sobre a realidade sócio-cultural da cidade de Campinas, no início do século.

Por um lado, sobressaem o povo, os pobres, os trabalhadores, sujeitos que, vivendo a condição de marginalidade no seu tempo, permanecem excluídos da história. Por outro lado, a educação popular revela as sombras de um universo cultural cuja apresentação, em geral, tem sido circunscrita nos limites dos grandes colégios e escolas destinados à formação de elites. Ao contrário, destacam-se, em evidência, as pequenas escolas isoladas, nos bairros rurais e urbanos, as escolas estrangeiras, os grupos escolares, enfim, as escolas populares que alfabetizaram e instruíram centenas de trabalhadores e revelam ser o contexto educacional da época, algo mais que a fama e glória do Colégio Culto à Ciência e a opulência dos grandes colégios particulares.

Outrossim, a temática da educação popular na Primeira República não é questão de interesse apenas do campo educacional. Além de manifestar parte significativa do *corpus* ideológico do liberalismo que impregnou o espírito da época, a educação foi considerada uma questão eminentemente política. Basta dizer que os liberais republicanos, muitos intelectuais, educadores e políticos depositavam nela a esperança de concretização da república democrática.

No projeto educacional da classe dominante, a educação tinha por finalidade a formação do cidadão o que significava a conformação de todo o povo à nova ordem social, sobretudo, pela formação moral e cívica. Explica-se, portanto, o fato da educação ser apontada como condição de garantia e consolidação do novo regime e ser até mesmo considerada o maior problema da Nação.

Associado a estes aspectos políticos, o projeto burguês de educação difundiu um imaginário pelo qual ela passa a ser condição imprescindível para a vida política e social, gerando o estigma contra o homem analfabeto, ao mesmo tempo em que a apontavam como fator de ascensão social e minimizadora das diferenças sociais.

No Estado de São Paulo, o início do século é um momento em que ocorre, embora de forma precária e insuficiente, a expansão do ensino público primário e a ampliação das oportunidades de acesso da população à escola.¹

* Este artigo constitui síntese dos capítulos II e IV de: SOUZA, Rosa Fátima de. *Classes populares e educação popular na Primeira República: problemas, valores e lutas*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Unicamp, 1991.

¹ Estudos pormenorizados sobre a expansão do ensino público no Estado de São Paulo veja: COSTA, Ana Maria Infantes da. *A escola na República Velha*. São Paulo: Edec, 1983. ANTUNHA, Heládio C. G. *Instrução pública no Estado de São Paulo: a reforma de 1920*. São Paulo: Edusp, 1976. REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Cortez, 1981.

Não obstante, a interpretação do movimento educacional desse período não comporta uma análise linear. Durante a Primeira República, a educação torna-se uma questão relevante para diferentes grupos sociais que apresentam por ela interesses antagônicos. Assim, embora o projeto burguês tenha sido hegemônico na época e tivesse um caráter progressista e até mesmo democrático, ele, além de não ser unânime, não foi o único. É necessário considerar os conflitos existentes no âmbito dos próprios grupos no poder e os projetos orgânicos de democratização do ensino apresentados pelo movimento operário.²

Por outro lado, no reverso da medalha da política educacional implementada pelos poderes públicos, é preciso ver um outro elemento, qual seja, as demandas e reivindicações populares pela escola. É no entrecruzamento destas múltiplas forças em ação que se fundamenta nossa análise sobre a educação popular em Campinas.

No entanto, adotar um outro foco de análise, incidindo a luz sobre as classes populares, suas condições de vida e trabalho, suas demandas e reivindicações, ressaltando as escolas populares e as estratégias alternativas de escolarização empreendidas pelas classes populares, é uma tentativa de fazer uma imersão no passado, embrenhando-se por tortuosos caminhos, envoltos em silêncios, sombras, ecos e vestígios escassos.

Significa enveredar, também, pelo universo das lutas das classes populares por melhores condições de vida e trabalho. Luta maior na qual se insere a luta pela escola travada no cotidiano e que se manifestava de múltiplas formas, embora seja menos evidente nos registros históricos.

Para proceder à investigação desta temática foi necessário recorrer a fontes diversas e algumas pouco usuais em trabalhos dessa natureza. Destaca-se, aqui, a pesquisa realizada com o jornal *Diário do Povo*, exemplares da década

de 20, que possibilitou uma caracterização mais próxima do cotidiano da vida sócio-cultural, política e educacional da cidade nessa época.³ Além do jornal, resalta-se a consulta a livros de matrícula de grupos escolares existentes no período e entrevistas realizadas com idosos que estudaram durante a Primeira República.

Condições de vida e trabalho das classes populares

O café e o movimento republicano marcaram a história político-econômica da cidade. Nas décadas de 70 e 80 do século passado, Campinas foi considerada *Capital Agrícola* da Província de São Paulo, constituindo-se no principal centro de produção de café do Oeste Paulis-

² A relevância dos projetos e ações empreendidas pelo movimento operário em relação à educação, no início do século, não podem ser memorizadas. Socialistas, anarquistas e comunistas não apenas lutaram pela democratização do ensino através de denúncias, reivindicações e projetos políticos, como criaram escolas e centros educacionais. Estudos sobre educação e movimento operário na Primeira República veja: GUARALDELLI JR., Paulo. *Educação e movimento operário*. São Paulo: Cortez, 1987.

MAZZOTTI, Tarso Bonilha. *Educação popular segundo os sindicalistas revolucionários e os comunistas na Primeira República*. Tese (Doutorado). USP, 1987.

LUIZETTO, Flávio. *Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional*. Tese (Doutorado). USP, São Carlos, 1984.

JOMINI, Regina C. Mazoni. *Uma escola para a solidariedade: contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

RAGO, Margaret. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, 1980-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

³ Grande parte da historiografia sobre Campinas refere-se ao período Imperial, principalmente, temas relacionados à economia cafeeira, o trabalho escravo e o movimento republicano. Poucos são os estudos sobre a Primeira República. Tal fato resultou na necessidade de realizar-se levantamentos específicos para a elaboração de um quadro histórico, sócio-político-cultural da cidade, para a contextualização da temática da educação popular.

ta. Já no final dos anos 60, tornara-se o primeiro centro de propaganda republicana da Província. Por isso, os campinheiros celebraram o novo regime na condição de co-paternidade. O advento da República significou a consolidação dos interesses dos fazendeiros de café, a elite econômica e política.

Mesmo perdendo a supremacia econômica para a Capital e outras regiões do Estado, Campinas continuou se desenvolvendo compassadamente, apresentando um processo de urbanização crescente nas primeiras décadas do século. O café permaneceu por toda a Primeira República, a determinar seu desenvolvimento econômico. Dessa forma, à sombra da sociedade agrária, a cidade provinciana também se modificava e modernizava, atualizando-se, ainda que fosse em limites circunscritos à contemporaneidade de seu tempo.

Ao iniciar a década de 20, Campinas possuía 115.602 habitantes, correspondendo a um quinto da população da Capital do Estado, onde 20,34% dessa população era composta por estrangeiros, a maior parte por italianos, em seguida, por portugueses, espanhóis e alemães. Cerca de 17% da população era negra e mais da metade dos habitantes do município viviam na zona rural, concentrando-se, ali, o maior contingente de trabalhadores. A força de trabalho no campo era constituída por colonos e pequenos proprietários imigrantes, além de negros trabalhando como agregados e camaradas e migrantes vindos de outros Estados.⁴

No meio urbano, a classe trabalhadora era formada por operários, ferroviários, alfaiates, carpinteiros, empregados do comércio, sapateiros, pedreiros, barbeiros, empregados públicos, profissionais liberais, professores, empregados domésticos, vendedores ambulantes, entre outros. Também era expressivo o número daqueles que se encontravam fora do mercado de trabalho.

Em 1920, havia na cidade noventa e um estabelecimentos fabris em-

pregando 2.865 operários. O ramo têxtil era o setor mais importante. Durante a década foram criados mais quatro estabelecimentos desse ramo incluindo uma indústria de seda. Havia também indústrias rurais de beneficiamento de algodão, café, cana, arroz, milho e açúcar. Além das grandes fábricas, encontravam-se estabelecimentos menores empregando um número menor de trabalhadores.

O trabalho feminino e infantil também foi muito utilizado. O setor têxtil e toucador empregava grande número de mulheres e crianças.

Segundo o recenseamento de 1920, 40% da mão-de-obra empregada no setor eram mulheres. Elas também correspondiam a um quarto dos trabalhadores da zona rural. Acresce ainda sua forte presença no trabalho doméstico juntamente com as crianças.

Era significativo, pois, o crescimento industrial da cidade na época, favorecido, enormemente, pela isenção de impostos e outras concessões propiciadas pelo poder executivo municipal.

Um dos setores mais importantes da economia, o comércio, empregava, no início dos anos 20, 3.903 pessoas e o setor de transportes 2.737. Cabe ressaltar a importância que as ferrovias tiveram no desenvolvimento da cidade e composição da força de trabalho por sua influência no comércio atacadista e varejista, nas indústrias e demandas de serviços.

Por último, destaca-se a participação do setor doméstico empregando cerca de 3.140 pessoas.

Grande parte dos setores popu-

⁴ Dados sobre a composição da população, classe trabalhadora e desenvolvimento industrial da cidade foram extraídos do Recenseamento Geral do Brasil de 1920 e das obras de: SEMEGHINI, Ulysses. *Cidade. Campinas (1860-1980): agricultura, industrialização e urbanização*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Unicamp, 1988.

MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1921)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1987.

lares viviam na cidade de Campinas em estado de penúria e miséria, nas primeiras décadas do século. Pelos bairros populares - Vila Industrial, Guanabara, Estação, Ponte Preta, Botafogo, Bonfim, Cambuí - espalhava-se a população de baixa renda, aglomerada em pequenas casas, geralmente alugadas: sala, cozinha e dois quartos compartilhados por dez a quinze pessoas. As famílias numerosas necessitavam do trabalho infantil para ajudar no sustento.

Os bairros careciam de infra-estrutura. Demandas por equipamentos urbanos eram noticiadas na coluna *Queixas e Reclamações* do Diário do Povo; através de abaixo-assinados, petições e requerimentos, os moradores solicitavam dos poderes públicos iluminação, água e esgoto, calçamento, limpeza pública, linhas de bondes.

A pauperização dos salários era agravada ainda mais pela crise econômica; a carestia na década de 20, toma proporções alarmantes, principalmente no ano de 1925, com o acréscimo dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Precárias eram também as condições de saúde e acesso à educação. A condição de exclusão parece ter sido o traço característico da forma pela qual as classes populares viveram nessa sociedade, no período.

Contudo, é necessário assinalar as estratégias de incorporação, resistência e luta empreendidas pela população, em especial as estratégias cotidianas de organização e reivindicações.

Vivendo nessas condições não é fortuito, pois, a existência de inúmeras associações constituídas pelas classes populares que se verifica nesse período: associações beneficentes, de auxílio-mútuo, de categorias profissionais específicas, de caráter sócio-cultural e étnico (como as associações de negros e imigrantes). Além das associações criadas para prestar auxílio em diferentes áreas, defender interesses profissionais e promover atividades sócio-culturais e de lazer a seus membros, na experiência cotidiana, inscreviam-se também lutas

episódicas como greves, passeatas, paralisações.

Maciel (1987) registra a ocorrência de dez movimentos grevistas ocorridos entre 1891 a 1910, na cidade, contando com a participação de negros. A greve geral de 1917, estendeu-se também por Campinas resultando num conflito sangrento entre trabalhadores e policiais. Na década de 20, o jornal Diário do Povo notifica a ocorrência de vários movimentos grevistas, entre eles: greve dos ferroviários (1920), greve de operárias da Fábrica de Chapéus Cury (1923), greve de colonos da Fazenda Sant'Ana (1925).

Mas a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho não se expressava somente nesses momentos de conflito direto. A luta cotidiana configura um movimento subterrâneo. Reivindicações eram encaminhadas aos poderes públicos através de abaixo-assinados, petições e requerimentos. Ações coletivas de moradores do bairro ou de uma mesma rua e também iniciativas de caráter individual.

Através da coluna *Queixas e Reclamações*, o Diário do Povo colocava à disposição da população um veículo de expressão das demandas e reivindicações populares as quais adquiriam uma ressonância pública. Demandas por equipamentos urbanos, policiamento, fiscalização. Não apenas das grandes questões, mas também dos mais mezinhos problemas. Dessa forma, o cidadão tornava público a sua indignação, o seu protesto frente a direitos lesados ou face às arbitrariedades do poder público e afirmava seus direitos.

Qualquer um podia fazer uma queixa ao jornal e elas eram frequentes, bastando encaminhar uma carta ou dirigir-se diretamente à redação para notificação das mesmas. No entanto, a partir de 1925, o jornal restringe o direito de reclamação aos analfabetos exigindo que as queixas fossem feitas apenas por escrito e assinadas pelos reclamantes.

Em se tratando da política local,

eram restritas as possibilidades de participação popular nas questões políticas. Mesmo porque a República instaurada em 1889 não concedeu ao povo os direitos plenos de cidadania, ao contrário, todos os esforços das elites dirigentes na Primeira República foram no sentido de limitar a participação popular. Começando pela restrição do voto ao analfabeto que deixava a maioria da população excluída, havia ainda as interdições violentas a todas as formas de organização e movimento dos trabalhadores, além de um conjunto de práticas e projetos acionados visando a conformação dos trabalhadores à ordem vigente.

Acresce também a própria estrutura política oligárquica. Mesmo os setores que se opunham ao regime buscavam as mudanças, as reformas dentro da ordem, com exceção do movimento operário.

Tudo isso não seria diferente em Campinas, cujas elites políticas se orgulhavam do fato da cidade ter sido berço do movimento republicano em São Paulo e, zelosos, portanto, de uma tradição liberal-democrática. Mas, fato é que, a política local reproduzia as mesmas distorções do regime republicano oligárquico. Voto de cabresto, fraudes eleitorais, influência dos coronéis (mandonismo), herdeiros muito próximos da vanguarda dos fazendeiros do Oeste Paulista que em São Paulo constituíram a primeira geração de políticos republicanos, fizeram do Partido Republicano Paulista (PRP), o partido de expressão de seus interesses, e consolidaram a hegemonia política no Estado por mais de quatro décadas.

O PRP, através do diretório local, esteve na liderança do município durante toda a Primeira República. Reconhecidos chefes políticos - Orozimbo Maia, Luís de Queirós Teles, Antônio Álvaro de Souza Camargo, Fernão Pompeu de Camargo - eram todos do partido, como também, a grande maioria dos vereadores e prefeitos que compuseram a Câmara Municipal nesse período.

A elite política do município apresentava as mesmas características da elite política paulista como um todo: homogeneidade fundada em origem comum, laços de parentesco e educação, interesses semelhantes, longas carreiras políticas (Love, 1982).

O município era o baluarte da política perrepista. As eleições significavam a legitimação da oligarquia, a tintura democrática.

Todavia, apesar da hegemonia dos correligionários do PRP, as dissidências e oposições agitavam a vida política local. O vereador Álvaro Ribeiro foi uma das expressões mais vivas dessa oposição que durou décadas. Além da tribuna, o vereador utilizava a atividade jornalística como campo de batalha. Foi um dos fundadores do jornal *Diário do Povo*,⁵ cujo programa constava *defesa do povo e dos ideais liberais-democráticos*. Percebe-se que a oposição lutava também no *front cultural*.

Durante a década de 20, grupos dissidentes organizaram-se e acirraram o movimento de oposição ao PRP, como de resto em todo o Estado. Em 1923, foi criada a União Liberal e em 1926 o Diretório do Partido Democrático.

Ao cinismo político reinante na época, a população tinha, em geral, uma atitude de indiferença. Algumas vezes, o voto de oposição chegou a desbancar as expectativas do partido situacionista como nas eleições de 1927 para senadores e deputados. Mas as abstenções às eleições eram as respostas mais frequentes.

Verifica-se, dessa forma, que, na provinciana cidade democrática, as dificuldades impostas à incorporação das classes populares à sociedade burguesa

⁵ O jornal *Diário do Povo* foi fundado em 20/1/12. Além desse jornal, o vereador Álvaro Ribeiro foi responsável pela instalação do jornal *Correio Popular* em 1927. Junto com as atividades jornalísticas, dedicou-se também à atividade educacional. Colaborou com a fundação do Colégio Cesário Mota e foi o principal idealizador e fundador do Colégio Atheneu Paulista.

iniciavam-se no trabalho e estendiam-se aos campos político, social e cultural.

As demandas populares pela educação

Os estudos sobre a educação popular na Primeira República e sobre a expansão do ensino no Estado de São Paulo têm, em geral, ressaltado a ação do Estado. Esta ação é vista ou como resultado das pressões das elites esclarecidas - os liberais, políticos, educadores e intelectuais, exaltados como defensores da democratização do ensino - ou como decorrência das determinações estruturais, ou seja, em virtude das transformações sócio-econômicas (urbanização/industrialização).

Nenhuma referência é feita à participação popular nesse processo, questão a priori descartada em consequência de uma outra afirmação difundida no imaginário sobre o movimento educacional desse período, qual seja, *o desinteresse da população pela escola*.⁶ Tal afirmação, impregnada de preconceitos e sem nenhuma base de comprovação empírica, tende por um lado, a ratificar a idéia de uma suposta *antecipação das elites* às reivindicações populares e, por outro, anular a atuação, interesses e projetos do movimento operário e das classes populares negando, até mesmo, sua existência.

Dessa forma, institui-se uma forma peculiar pela qual educadores e intelectuais contam a história a partir de sua visão de mundo, que Warde (1984) chamou de *memória educacional das classes médias*, perpetuando, desse modo, a perspectiva dos grupos dominantes.

No entanto, a investigação sobre o processo de escolarização das classes populares em Campinas, nesse período, evidencia um quadro diferente onde se sobressaem as demandas populares pela escola e as estratégias de apropriação da educação escolar empreendidas pelas classes populares.

Na análise das lutas do povo pela escola é necessário compreender demanda e apropriação como manifestações de um mesmo fenômeno. A demanda pela escola refere-se ao desejo, a motivação valorativa, fruto de uma necessidade nascida de uma ausência. Ela expressa uma procura, uma reivindicação latente ou manifesta, a solicitação, o reclamo que se dirigia tanto aos poderes públicos quanto à sociedade civil, atuando como mecanismo de pressão e de interlocução, motivando ações/respostas.

Percebe-se da parte dos poderes públicos as medidas de expansão do ensino, seja pelo crescimento do número de escolas ou medidas internas de ampliação do número de matrículas, pelo aumento do número de classes ou pelo desdobramento de turnos como as medidas tomadas pelo Estado de São Paulo a partir de 1910.

No âmbito da sociedade civil, é possível perceber dois processos. Por um lado, o atendimento à educação popular promovido por instituições como a Igreja, Associações Benéficas, Maçonaria movidas por interesses próprios. Por outro lado, verifica-se a mobilização das classes populares no sentido de satisfazerem a sua própria demanda através do pagamento de escolas particulares acessíveis.

A demanda popular por educação, nesse período em Campinas, é sobretudo, uma demanda pelo ensino primário. A sociedade brasileira, fortemente hierarquizada no início do século, respaldava a diferenciação social dos níveis escolares - ensino secundário e superior para formação das elites e ensino primário para o povo. Havia, pois, uma compreensão social e política na época

⁶ Esta interpretação é dada por:

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular*. São Paulo: Pioneira, 1974.
E, de certa forma, corroborada por:
PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1983.
ROMANELLI, O. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987.

de que a educação popular a ser necessariamente universalizada era a escola primária, mas era necessário, criar condições estruturais para sua existência, ou seja, efetivar a expansão quantitativa do ensino primário.

Participes de uma sociedade que supervalorizava a educação escolar, as classes populares compartilhavam desse universo de representações e valores acerca da escola. Aliado a esse magma valorativo, as dificuldades de acesso e permanência das classes populares na escola reforçavam, ainda mais, a percepção da validade do ensino primário explicitada na convicção popular de que era *doutor* aquele que dentre eles conseguia concluir o 4º ano primário.

A apropriação é empregada como termo conceitual que nos auxilia compreender a ocupação pelas classes populares de todas as possibilidades existentes naquele momento para promoverem a sua educação, ou seja, fosse o acesso à escola pública - municipal ou estadual - fosse nas escolas populares religiosas, beneficentes ou privadas de baixo custo, as classes populares usufruíam dessas alternativas de escolarização. Tal fato reforça a própria consideração da existência de uma demanda popular e nos leva, mais uma vez, a contestar a afirmação do *desinteresse da população pela escola*.

Este processo pode ser melhor compreendido, a partir da análise do quadro de expansão e composição do ensino primário de Campinas no início do século, relatado a seguir.

As demandas pelo ensino público

Por volta da Proclamação da República, existiam treze escolas públicas na cidade, conforme consta no Almanaque de Campinas de 1892.

Encontravam-se matriculados 452 alunos, mas 312 era o número de frequentes. Cinco anos depois, em 7/2/1897, foi inaugurado o 1º grupo escolar que

recebeu o nome de Francisco Glicério. O 2º grupo escolar foi instalado em 14/7/1900 e o 3º em 10/6/1910.⁷



Fachada do 1º grupo escolar de Campinas instalado em 1897

Fonte: Arquivo da USP Francisco Glicério

As primeiras escolas isoladas encontravam-se localizadas, em sua maioria, na sede do município, nos bairros populares e nas sedes dos distritos de paz. Em 1908, elas eram em número de trinta e duas, sendo oito localizadas na sede: três no centro da cidade, duas na Vila Industrial, uma no Fundão e duas no Taquaral. As vinte e quatro restantes eram rurais.

Em 1918, elas eram em número de oitenta e quatro, sendo vinte e sete de sede e cinquenta e sete de bairro. Atendiam cerca de 2.626 alunos, pouco mais que o número de matrículas oferecidas pelos três grupos escolares na

⁷ Para a sistematização de dados sobre a educação popular em Campinas foram utilizados os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo de 1910, 1917, 1918, 1923, 1924-25; Recenseamento Escolar de 1920; Estatística Escolar de 1930; Almanques de Campinas e Monografia Histórica de Campinas.

mesma época, apresentando número elevado de alunos por classe, cerca de 31,3% considerando a média entre número de escolas e número de matrículas.

A insuficiência de vagas, principalmente nos grupos escolares, era um grave problema registrado desde o início do século pelos Almanques da cidade e comentados pelo cronista Leopoldo Amaral. A luta pela vaga configurava-se como o primeiro obstáculo ao acesso do povo à escola (o segundo era a permanência) e expressava-se nas longas filas de espera, sorteio e pedidos dos pais a políticos de prestígio para intervir a favor de uma vaga para seus filhos.

O desdobramento de turnos dos grupos escolares, a partir de 1910, duplicou o número de vagas, contudo, ao iniciar a década de 20, a situação da educação popular na cidade continuava bastante precária. O recenseamento es-

colar de 1920 trouxe à tona dados desoladores, maus presságios às posições mais entusiásticas. Das 17.954 crianças em idade escolar no município, apenas 7.172 freqüentavam escolas, ou seja, 39,44% incluindo escolas públicas e particulares. Não havia escolas para 60% da população em idade escolar e o analfabetismo entre a população chegava a 70%.⁸

Na década de 20, ocorre a maior expansão do ensino público verificada nessas primeiras décadas, coincidindo com o grande crescimento populacional.

Ao iniciar a década, a rede de ensino primário estadual em Campinas era composta por três grupos escolares - sendo um anexo à Escola Normal - oitenta e quatro escolas isoladas - sendo cinco noturnas e uma modelo anexa também à Escola Normal - e uma escola reunida totalizando a matrícula de 4.933 alunos.



Turno de alunos do 4º grupo escolar de Campinas (década de 20), grupo escolar instalado em 1923

Fonte: Arquivo do IFG Crisótofo Mattos

⁸ Recenseamento Escolar de 1920, relatório apresentado por Sampaio Dória ao Exmo. Dr. Alarico Silveira, Estado de São Paulo, 1920.



Fonte: Arquivo do IEPG Orestimbo Maia

Turma de alunos do 4º grupo escolar de Campinas, instalado em 1923

Em 1930, existiam onze grupos escolares, três escolas reunidas, oitenta e duas escolas isoladas (sendo seis urbanas e setenta e seis rurais) com matrícula de 10.054 alunos. [Vide quadro I].

Um dos aspectos mais importantes a ressaltar nessa expansão ocorrida nos anos 20 é a instalação de grupos escolares em bairros populares na sede do município - 5º grupo escolar na Vila Industrial e o 6º grupo escolar no bairro da Ponte Preta. Também nas sedes dos distritos de paz, o que, por um lado, denota o atendimento pelo Estado de demandas crescentes da população por escolas e, por outro lado, evidencia o processo de popularização dos grupos escolares.

Porque o ensino primário no Estado de São Paulo expandiu mantendo diferenciações quanto ao tipo de escolas e população atendida. As escolas isoladas e, posteriormente, também as escolas reunidas consagraram-se como típicas escolas populares considerando a classe social que atendiam.

As escolas isoladas constituíam-se em unidades escolares não-agrupadas, com um único professor ministrando a instrução para crianças de diversas idades e avanço escolar heterogêneo. Os programas eram mais simplificados e a duração do curso reduzida possuindo caráter de uma escola alfabetizante.

A superioridade dos grupos escolares era contrastante. Constituíram-se, inicialmente, como estabelecimentos escolares arquetípicos do que melhor havia no ensino primário público. Os alunos eram distribuídos por classes, separadamente por sexo e segundo o adiantamento, (séries) e cada classe era regida por um professor. Além disso, possuíam melhor estrutura física (para muitos grupos foram construídos prédios próprios) e organização administrativo-pedagógica. Em razão de tudo isso, os grupos escolares atendiam alunos provenientes de setores privilegiados da sociedade sendo mesmo caracterizados, numa certa época, como sendo escolas de elite. No entanto, em que pese as proporções quantitativas, as generalizações

devem ser matizadas. Assim como muitas escolas isoladas e reunidas atenderam filhos de proprietários de terras, principalmente nas zonas rurais, nos grupos escolares conviviam diferentes setores sociais, pelo menos é o que se pôde observar em Campinas, e, o que, provavel-

mente, acontecia no interior do Estado.

Embora não haja dados que indiquem o atendimento efetivo da educação em relação à população em idade escolar, tudo indica que a expansão não tenha acompanhado a demanda, fenômeno que ocorreu no Estado de São Pau-

QUADRO 1 - Expansão das escolas primárias estaduais de Campinas na Primeira República

ANO	GRUPOS ESCOLARES		ESCOLAS ISOLADAS		ESCOLAS REUNIDAS		TOTAL DE MATRÍCULAS
	Nº DE ESTAB.	ALUNOS MATRIC.	Nº DE ESTAB.	ALUNOS MATRIC.	Nº DE ESTAB.	ALUNOS MATRIC.	
1892	-	-	13	452	-	-	452
1901	02	NC	14	538	-	-	*
1910	03	NC	38	1261	-	-	*
1915	03	2058	98	3705	-	-	5763
1918	03	2162	84	2626	01	154	4942
1920	03	NC	76	NC	01	NC	4933
1923	04	2036	48	NC	19	4129	*
1925	11	5271	46	2100	08	1637	9008
1930	11	6204	82	3222	03	568	10054

Fonte: Almanaque Histórico de Campinas de 1892 e 1901, Anuários do Ensino de São Paulo, 1910, 1915, 1918, 1923, 1924-5 e Estatística Escolar do Estado de São Paulo de 1930

NC: Nada consta nos arquivos

*: Ausência de dados impossibilita o cálculo

lo durante toda a Primeira República, permanecendo até os dias atuais.

Em Campinas, a presença de vários internatos - religiosos e leigos - atestam o modo pelo qual as classes dirigentes, sobretudo de origem agrária, do município e regiões vizinhas resolviam o problema da educação dos filhos. Assim mesmo, muitos industriais, comer-

ciantes, profissionais liberais e fazendeiros de café mantinham os filhos nos grupos escolares enquanto outros preferiam os colégios privados e/ou internos. Como não eram assim tão numerosos, parte das vagas eram preenchidas por filhos das camadas populares, os quais tornaram-se, em poucos anos, os usuários majoritários desses estabelecimen-

tos de ensino. É perceptível nesse processo a pressão da demanda popular pela apropriação da escola pública.

Não obstante, revestida de prestígio e qualidade, a escola pública consolida-se no meio popular como uma escola excessivamente seletiva e excludente.

Os índices de promoção anual dos três grupos escolares de Campinas, até 1920, apresentaram, nas primeiras décadas do século, médias entre 40% a 60% sobre a matrícula efetiva. Isto significa que os grupos retinham/eliminavam a cada ano, entre todas as séries, cerca de 50% dos alunos. Isto sem contar o déficit verificado entre matrícula geral e efetiva em torno de 15%. O número de concluintes do curso primário era ínfimo face ao número de matrículas anuais, não sendo fortuito, pois, o mérito atribuído aos que alcançavam tal façanha, principalmente se fosse um *filho do povo*. Os mecanismos de seletividade do ensino primário explicitam toda a perversidade e contradições que envolveram a expansão da educação popular no Estado de São Paulo e no país.

Retomando a expansão do ensino primário em Campinas, é preciso ressaltar que coube ao governo estadual a sua implementação face à participação irrisória do poder municipal. O Almanaque de Campinas de 1901 registra a existência de apenas duas escolas municipais que se mantiveram como as mais importantes durante toda a Primeira República: Escola Corrêa de Melo e Escola Ferreira Penteado. Em 1917, conforme consta no Anuário do Ensino, elas eram em número de dezessete possuindo 749 alunos matriculados - a maioria eram escolas isoladas localizadas na sede do município. Em 1923, elas totalizavam dezesseis.

As estratégias alternativas de escolarização

Como foi visto, as demandas populares pela escola se explicitavam em duas direções: aos poderes públicos e à sociedade civil. O corpus ideológico, construído em torno da importância da educação popular para o projeto político-social da República, foi o substrato sobre o qual vários setores sociais encontraram motivação para promoverem a educação popular independente do Estado. Aqui serão destacadas as ações empreendidas por organizações da sociedade civil e aquelas levadas a efeito pelas próprias camadas populares.

Um expressivo movimento, partindo da sociedade civil em prol da educação popular, ocorreu em Campinas no final do Império. No efervescer do movimento republicano, a vanguarda dos fazendeiros de café criara e mantivera escolas populares, buscando difundir os ideais liberais, e afirmar a força do movimento republicano. Nesta direção, destaca-se o curso noturno de comércio (1876), cujas aulas eram ministradas por professores do Colégio Culto à Ciência para crianças e adultos; a Escola Corrêa de Melo sustentada pelo Coronel Joaquim Quirino dos Santos; duas escolas e um colégio criados pelos filhos do Comendador Joaquim Ferreira Penteado; a Escola Ferreira Filho criada pelo Barão de Ibitinga (apud Moraes, 1981). Também a Loja Maçônica Independência mantinha, na década de 70 do século passado, aulas noturnas para trabalhadores livres e *escravos*.

Nas primeiras décadas republicanas não se veria mais esse ímpeto realizador individual de uma vanguarda combativa que transfere para o Estado a res-

ponsabilidade pela educação popular. Ainda assim, encontra-se várias iniciativas promovidas por organizações como a Maçonaria, a Igreja e Associações Benéficas. Embora o interesse em disciplinar a classe trabalhadora estivesse subjacente a muitas dessas iniciativas, os projetos educativos dessas instituições constituíam-se para as classes populares em oportunidades de escolarização.

A Loja Maçônica Independência e Ordem, manteve, no final dos anos 10 e durante os anos 20, duas escolas noturnas para trabalhadores: uma para o curso primário, outra para o curso profissional de desenho e pintura.

Além das escolas para formação das elites e classe média, a Igreja realizava obra de assistência e caridade às crianças pobres com o intuito de retirar os meninos da rua, dando-lhes instrução preliminar seguida de disciplinamento e formação para o trabalho.

O Liceu N. S. Auxiliadora teve originariamente esta finalidade. Criado no final do século passado, o então Lyceu de Artes e Offícios foi concebido, inicialmente, como asilo de órfãos e, posteriormente, estabelecimento de formação profissional para operários. Já nos anos 10, a seção de artes e ofícios do Liceu foi transferida para o Externato São João.

Além desse externato, a Igreja mantinha, em 1918, as seguintes escolas: Escola do Centro Operário São José, Escola Paroquial de Santa Cruz e uma escola no Asilo de Órfãos. Além disso, oferecia cursos noturnos gratuitos para trabalhadores - adultos e menores.

Durante a década de 20, surgiram outras escolas católicas beneficentes: Escola Paroquial do Santíssimo Sacramento (Diário do Povo, 4/6/27), Orfanato

de João Nery - estabelecimento de educação e trabalho destinado aos meninos negros sem-amparo (Diário do Povo, 26/12/27).

Entre as Associações Benéficas, que mantinham escolas populares, destaca-se o trabalho da Associação Amiga dos Pobres, que mantinha uma escola no albergue. Havia também a escola da Associação São Vicente de Paulo e a Sociedade Feminina de Assistência à Infância mantinha uma creche denominada *Bento Quirino*.

No conjunto das iniciativas empreendidas pelas próprias classes populares para promoverem a educação de seus filhos encontra-se o ensino pago.

Inúmeras escolas particulares, além dos grandes colégios e internatos, existiram em Campinas, nas primeiras décadas do século, voltadas para o atendimento de filhos de trabalhadores de poucos recursos.

Em primeiro lugar, destacam-se as escolas estrangeiras, muitas delas mantidas por sociedades étnicas formadas por imigrantes como a Sociedade Alemã de Instrução e Leitura e Circolo Italiani Uniti.

O Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1917 registra a existência de nove escolas estrangeiras no município. Entre elas: cinco alemãs, uma portuguesa e três italianas.

O Anuário do Ensino de 1918 arrola a existência de vinte e quatro escolas particulares. Escolas isoladas, pequenas, a cargo de um só professor e com média entre quinze a vinte e cinco alunos, localizadas em áreas urbanas e rurais. Cinco dessas escolas encontravam-se na Vila Industrial, o maior bairro operário da cidade no início do século. Professores ofereciam seus serviços e ha-

via quem pagasse por ele. Para as classes populares, essas escolas particulares configuravam-se numa alternativa a mais dado às limitações de vagas, acesso e permanência das crianças no ensino público.

Outra iniciativa importante a ressaltar é do Colégio São Benedito, fundado no início do século, e que perdurou por mais de três décadas. Essa escola voltada para a educação da população negra, ainda que não exclusivamente, foi criada e dirigida pelo professor Francisco José de Oliveira, que também era negro. A escola contou com a ajuda da Associação Protetora dos Brasileiros Negros e oferecia curso primário, comercial e secundário com preparatórios para o ginásio e escola complementar.

Por último, cabe ainda mencionar a iniciativa do movimento operário. A Liga Operária de Campinas, de tendência anarquista, fundou uma escola social em 1907, tendo como professor Renato Salles. No entanto, a escola teve vida muito efêmera. Mesmo assim, revela mais uma forma pela qual as classes populares empreenderam esforços para a promoção de sua educação e a de seus filhos.⁹

A trajetória de escolarização das classes populares em Campinas, no início do século, revela um processo marcado por problemas, valores e lutas. A importância da educação para as classes populares pode ser compreendida no universo das representações e das ne-

cessidades impostas pelo trabalho e pela vida social.

Os rudimentos da leitura, escrita e cálculo tornavam-se, cada vez mais, imprescindíveis para a participação política, econômica, social e cultural. Os valores e significações em torno da educação escolar eram valores socialmente compartilhados. Para as classes populares poderiam estar articulados com o projeto de melhoria de vida. Isto poderia referir-se tanto à aspiração por ascensão social - melhor padrão de vida, ou seja, melhores empregos e salários - quanto às estratégias para sair da situação de miserabilidade em que viviam. Significava também uma forma de desvencilharem-se do estigma criado em torno do homem analfabeto e ignorante e buscar condições mais favoráveis de vida que lhes possibilitassem inserir-se e participar de uma sociedade moderna e letrada, o que implicava na apropriação de experiências sociais, culturais e intelectuais, específicas, possibilitadas pela escola.

Os obstáculos enfrentados pelas classes populares com vista à apropriação de um mínimo de escolaridade revelam os silêncios dos discursos em defesa da democratização do ensino da época, bem como, a face obscura das políticas educacionais empreendidas pelo Estado. As lutas populares pela escola atestam o que tem sido historicamente a difícil trajetória do povo na luta pela cidadania.

⁹ Sobre esta escola veja:
GURALDELLI JR., Paulo. Op. cit.
JOMINI, Regina C. Mazoni. Op. cit.

Referências Bibliográficas

- 01-ANTUNHA, Heládio C. Gonçalves. *A instrução pública no Estado de São Paulo: a reforma de 1920*. São Paulo: Edusp, 1976.
- 02-COSTA, Ana Maria Infantsi da. *A escola na República Velha*. São Paulo: Edec, 1983.
- 03-DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri, org. *Velhos mestres das novas escolas: um estudo das memórias dos professores da Primeira República em São Paulo*. São Paulo: Ceru: Inep, 1984.
- 04-DIÁRIO do Povo, Campinas, 4 jun. 1927. Anúncio, p. 2.
- 05-JOMINI, Regina C. Mazoni. *Uma educação para a solidariedade: contribuição e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha*. Campinas: Unicamp, 1990.
- 06-LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na Federação 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- 07-MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais: negros em Campinas 1888-1921*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1987.
- 08-MONOGRAFIA Histórica de Campinas. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.
- 09-MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. *O ideário republicano e a educação: Colégio Culto à Ciência de Campinas (1869-1892)*. Dissertação (Mestrado), USP, 1981.
- 10-NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. Tese (Livre-Docência), Araraquara, 1966.
- 11-REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Cortez, 1981.
- 12-SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. *Sobre classes populares no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes)*. In: CARDOSO, Ruth C. L., org. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- 13-SEMEGHINI, Ulysses Cidade. *Campinas 1860-1980: agricultura, indústria e urbanização*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Unicamp, 1988.
- 14-UMA INICIATIVA louvável - D. Nery, o saudoso primeiro bispo campineiro. In: *Diário do Povo*, Campinas, 26 dez. 1927. p. 1.
- 15-WARDE, Miriam Jorge. *Anotações para uma historiografia da educação brasileira*. In: *Em Aberto*, Brasília, n. 32, p. 1-6, 1984.